

**DECRETO Nº. 2602/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.**

**“DISPÕE SOBRE O VALOR DA PAUTA MUNICIPAL PARA EFEITO DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**OSCAR GOZZI, PREFEITO MUNICIPAL DE TARUMÃ, ESTADO DE SÃO PAULO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**CONSIDERANDO** que consoante os mandamentos delineados pelo Código Tributário Municipal – Lei Complementar n.º 001/2017, de 29 de setembro de 2017, e suas alterações posteriores, nas transmissões em geral, a base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI) é o valor dos bens ou direitos transmitidos;

**CONSIDERANDO** que respeitados os princípios da eficiência, praticidade, publicidade, legalidade e economicidade, há a premente necessidade de se estabelecer parâmetros para aplicação dos dispositivos do Código Tributário Municipal, ressalvado ao contribuinte o direito de requerer avaliação contraditória;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer práticas combativas à sonegação fiscal, sobretudo em atos simulados ou com fraude visando o pagamento à menor do Imposto sobre a Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI;

**CONSIDERANDO** ainda, a necessidade de implantar medida de combate às atitudes de contribuintes que declarem perante ao Fisco Municipal um valor abaixo do realmente praticado no negócio jurídico na intenção de reduzir o valor a ser pago à título de ITBI;

**CONSIDERANDO** que o Município adotou o IPCA-E como índice oficial de correção dos impostos municipais, o qual restou acumulado o percentual de 10,42% no exercício de 2021;

**CONSIDERANDO** finalmente a autorização legislativa exposta no artigo 170, §2.º do Código Tributário Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º. – Para efeito de cálculo de recolhimento de ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis referente à área territorial, predial e rural, fica fixado o Valor da Pauta Municipal conforme Anexo I que faz parte integrante a este Decreto.

§1º. – Aplica-se as disposições deste Decreto nas situações em que o valor constante da Escritura Pública ou Instrumento Particular de Transmissão de Bens Imóveis ou direitos reais for inferior ao Valor da Pauta Municipal constante no Anexo I deste Decreto.

§2º. – A aferição do valor de referência será o resultado da multiplicação da área existente em metros quadrados ou hectares pelo valor correspondente expresso na tabela referente à sua localização.

Art. 2º. – Não concordando com o valor atribuído, nos termos do presente Decreto, o contribuinte poderá impugnar o valor, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da ciência do lançamento do ITBI, devendo para tanto juntar um Laudo de Avaliação expedido por imobiliária credenciada junto ao CRECI/SP, além das razões de sua insurgência.

§1º. – Recebida a impugnação do contribuinte, o processo será autuado e remetido para apreciação e manifestação da Comissão de Avaliação Fiscal, do setor jurídico e seguindo para posterior decisão do Secretário Municipal de Governo.

§2º. – A impugnação do lançamento do ITBI praticada pelo contribuinte suspenderá a exigibilidade do crédito tributário, e seu pagamento antes da decisão administrativa final não importará em reconhecimento do débito, ficando assegurado ao contribuinte, nesta hipótese, a devolução de eventual montante recolhido a maior, devidamente corrigido, em caso de procedência total ou parcial de sua impugnação.

Art. 3º. – Os valores atribuídos no presente Decreto, serão revistos anualmente, de forma a assegurar sua compatibilização com os valores praticados no Município.

Art. 4º. – À vista da complexidade da apuração do valor de referência para fins de ITBI dos imóveis situados no Distrito Industrial, o valor da base de cálculo será apurado pela Comissão de Avaliação Fiscal – CAF, dentro do prazo de 10 (dez) dias, mediante a elaboração de Laudo de Avaliação.

Art. 5º. – Faz parte integrante deste Decreto, o Mapa da Cidade devidamente demarcado por Bairros e suas respectivas cores.

Art. 6º. – Aplicam-se aos casos omissos as normas previstas do Código Tributário Municipal e a legislação tributária vigente.

Art. 7º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 2322/2021, de 06 de janeiro de 2021.

Paço Municipal “Waldemar Schwarz”, 03 de janeiro de 2022, 32º. Ano da Emancipação Política e 30º. Ano da Instalação.

**Oscar Gozzi**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Gleyson Ramos Guimarães Lima**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Publicado no **Diário Oficial do Município**.

**Gleyson Ramos Guimarães Lima**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

## ANEXO – I

### DECRETO Nº. 2602/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

IMÓVEL URBANO		
BAIRROS	R\$ - ÁREA TERRITORIAL (m²)	R\$ - ÁREA PREDIAL (m²)
Centro	R\$239,08	R\$562,51
Vila dos Pássaros	R\$210,95	R\$520,33
Jardim dos Pássaros I	R\$210,95	R\$520,33
Jardim dos Pássaros II	R\$210,95	R\$520,33
Vila das Árvores	R\$185,37	R\$476,87
Jardim das Árvores I	R\$185,37	R\$476,87
Jardim das Árvores II	R\$185,37	R\$476,87
Jardim das Árvores III	R\$185,37	R\$476,87
Residencial Harmonia	R\$185,37	R\$476,87
Vila das Nações	R\$154,71	R\$359,24
Vila dos Lagos	R\$154,71	R\$359,24
Vila Brasil	R\$154,71	R\$359,24
Vila dos Estados	R\$154,71	R\$359,24
Vila Dourados	R\$118,89	R\$281,27
Residencial Dourados	R\$154,71	R\$359,24
Vila Água Bonita	R\$118,89	R\$281,27
Vila Cristal	R\$118,89	R\$281,27

IMÓVEL RURAL		
LOCALIZAÇÃO		R\$ - ÁREA (ha)
01	Áreas localizadas no Município de Tarumã com exceção das áreas constantes no item 2 (abaixo).	R\$ 26.719,86
02	Áreas situadas nas cabeceiras das Águas da Palmeira, Boa Vista, Água Bonita, Tarumã e Aldeia.	R\$ 21.094,64



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F337-18C1-8432-EBDE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GLEYSON RAMOS GUIMARÃES LIMA (CPF 320.XXX.XXX-06) em 03/01/2022 16:57:55 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



OSCAR GOZZI (CPF 403.XXX.XXX-72) em 03/01/2022 20:26:54 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taruma.1doc.com.br/verificacao/F337-18C1-8432-EBDE>